

Veja

23/5/1984

Brasil

Os canaviais da ira

Um levante de bóias-frias exhibe a face escura dos campos

Um jovem caminhou para o meio da rodovia, onde ardia uma fogueira improvisada com um pneu e palha seca, ateou fogo a um pé de cana, ergueu-o para observar a direção do vento e, à frente de um pequeno grupo de bóias-frias, avançou para o canavial à beira da estrada. Poucos minutos depois, na noite de quarta-feira passada, as chamas podiam ser vistas em Guariba — cidade com 25 000 habitantes, metade dos quais empregados nos canaviais, a 300 quilômetros de São Paulo, encravada no coração da região canavieira cuja capital é Ribeirão Preto. Naquele mesmo instante, reunidos na sede da Usina São Carlos, 20 quilômetros além do foco do incêndio, proprietários e administradores de quatro usinas da região logo souberam que havia fogo nos canaviais.

Os empregados destacados para combater o incêndio, familiarizados com as mensagens em código dos bóias-frias, decifraram prontamente o recado. Como as chamas haviam sido deliberadamente circunscritas a três talhões, lotes quadrados com 2 a 5 hectares de cana, os autores da mensagem estavam avisando que, caso não fossem atendidas as reivindicações desfraldadas na véspera, milhares de pés de cana seriam destruídos pelas chamas. Os bóias-frias sabem que reduzir a cinzas uma plantação significa ficar sem trabalho por uma larga temporada. Mas também sabem que, para os donos das terras, não há inimigo mais temível que o fogo nos canaviais — praticamente impossível de ser combatido, ele pode liquidar toda uma safra sob os olhos impotentes do produtor.

SAQUES E DESTRUIÇÃO — Seria essa a última etapa do levante que, desencadeado em Guariba na manhã de terça-feira passada, propagou-se por vários municípios da região de Ribeirão Preto, contagiou os trabalhadores dos laranjais, levou o medo e a tensão a cidades habituadas à vida sem sobressaltos e exibiu ao país, com intensa dramaticidade, a saga dos bóias-frias. Mas não haveria mais incêndios. No final da semana, um acordo celebrado entre produtores e trabalhadores trouxe a trégua aos canaviais e às plantações de laranja. Entre outras vantagens, os cortadores de cana, que ganhavam em média 60 000 cruzeiros por mês, agora receberão cerca de 200 000 cruzeiros mensais. E os apanhadores de laranja, que também viram atendidas diversas reivindicações, ganharão 210 cruzeiros por caixa colhida, em vez dos 100 cruzeiros fixados pelos produtores no início desta safra (veja o quadro à página 22).

Em algumas cidades, seguiam espocando reflexos da rebelião, numa evidência de que havia pólvora de sobra no caminho do rastilho aceso em Guariba alguns dias antes. Na manhã de sexta-feira, o mercado de Monte Alto, a 50 quilômetros de Guariba, foi saqueado e destruído. Cerca de trinta pessoas ficaram feridas nos choques com a polícia. À noite, policiais perseguiram agressivos grevistas em Sertãozinho e Monte Azul, também situadas na região conflagrada. Embora parecesse afastado o risco de eventuais reprises dos distúrbios que sacudiram Guariba na terça-feira, o país era forçado a continuar contemplando essa face escura dos campos que lhe fora bruscamente apresentada pelos bóias-frias da região de Ribeirão Preto. São cerca de 150 000 trabalhadores que, em condições duríssimas, freqüentemente subumanas, sobreviviam ocultos do resto do Brasil pelo paredão dos canaviais. Seu explosivo levante na semana passada trouxe as novidades do medo e da tensão para o normalmente estável, pacato e próspero interior do Estado de São Paulo — e, sobretudo, mostrou que relações de trabalho longamente deterioradas podem estar trazendo

para bem perto da tona, na área rural, a violência que freqüenta outros setores da sociedade brasileira.

ATAQUE AO CENTRO — Na segunda-feira, quando dezessete turmas suspenderam o corte de cana na Fazenda São Bento, uma das fornecedoras da Usina São Martinho, do Grupo Ometto — a segunda maior produtora de álcool do mundo, com 1,87 milhão de litros por dia —, os moradores de Guariba provavelmente não suspeitaram de que o drama havia começado. De volta às suas casas na periferia, os bóias-frias que haviam cruzado os braços passaram a trocar queixas sobre uma mudança no sistema de corte de cana que os levava a caminhar mais entre as "ruas" da plantação e produzir menos, em razão do cansaço, sem qualquer compensação financeira. Na mesma segunda-feira, eles começaram a receber avisos de cobrança emitidos pela Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), com aumentos de até 900% nas contas de água e esgotos em relação às taxas cobradas no início do ano. Para os 10 000 bóias-frias aglomerados na periferia de Guariba, às voltas com crônicos apertos financeiros, era demais.

Durante a madrugada, sem que qualquer sindicato ou algum tipo de liderança tivesse articulado o movimento, centenas de bóias-frias decidiram que ninguém iria trabalhar, e postaram-se nos pontos onde embarcam nos caminhões rumo às plantações para conseguir a adesão de mais companheiros. Não foi difícil. Pouco depois, eles começaram a agrupar-se, armados de facões, para invadir o centro da cidade. "Às 7 horas, avisei à polícia que o povo estava se revoltando", conta o comerciante Cláudio Amorim, 56 anos, presidente do diretório municipal do PMDB e dono do Supermercado Santo Antônio Clarete. "Em seguida, corri à procura do gerente da Sabesp na cidade, o vereador Carlos Trigo, para dizer que se escondesse."

"Quando 5 000 bóias-frias ocuparam a praça e ameaçaram lançar-se sobre o prédio da Sabesp, Amorim, um ex-agenciador de trabalhadores para as usinas da região, resolveu tentar conter a multidão, auxiliado por um sargento da PM. "Por que vocês não usam essa força para cortar cana?", perguntou. Enfurecidos, os bóias-frias decidiram atacar o supermercado. Amorim, agora protegido por uma dezena de soldados da PM, comandados por um tenente, atirou com seu revólver. Os atacantes recuaram, reagruparam-se e marcharam sobre o alvo. Um soldado que acabara de chegar atçou seu cão contra a multidão — e um rápido golpe de facão degolou o animal. O sargento que escoltava Amorim também foi golpeado com a afiadíssima lâmina e tombou, gravemente ferido. Então, um tiro atingiu o tenente, na altura do ombro, e o conflito explodiu.

TROPA DE CHOQUE — "Tinha peão que levava tiro e mesmo assim avançava, o sangue escorrendo, como se não fosse nada", espanta-se Amorim. Na escadaria do estádio municipal, cuja entrada principal dá para a praça, Amaral Vaz Meloni, 58 anos, metalúrgico que se aposentara no mês anterior, contemplava os distúrbios quando foi fulminado por um tiro na cabeça. Um grito correu a praça: "Mataram um peão!" A partir daí, e durante mais de 1 hora, Guariba viveria entregue à fúria da multidão. A casa azul que abrigava a Sabesp foi incendiada, o depósito da empresa, onde fica o reservatório de água da cidade, foi reduzido a escombros, cinco veículos da Sabesp sucumbiram às chamas e o supermercado de Amorim foi destruído. Somente às 11 horas, com a chegada de uma tropa de choque deslocada de Araraquara, os bóias-frias foram dispersados.

Raramente os soldados da PM baseados na região de Ribeirão Preto, a "capital" do rico nordeste do Estado, atendem a situações de emergência — e, quando alguma convocação do gênero chega pelo rádio, é certo que torcidas de futebol de cidades rivais estão brigando. Na semana passada, pela primeira vez, eles se viram às voltas com distúrbios sociais, e em tal escala que 3 000 soldados, de oitenta cidades diferentes, foram mobilizados para controlar a sequência de agitações inaugurada em Guariba. Já na tarde de terça-feira, por exemplo, o

rastilho alcançou a próspera Bebedouro, com 60 000 habitantes, a 30 quilômetros de Guariba, um dos maiores centros produtores de laranja do Estado e outra cidade-chave na região.

Na hora do crepúsculo, o ensacador Walter Ferreira, 34 anos, deixou a fábrica de adubos onde trabalha, a Citrofert, com seu Volkswagen, acompanhado por três amigos, e tomou a direção de Monte Azul, onde mora. Ferreira sabia que os apanhadores de laranja haviam entrado em greve naquele dia, mas não se inquietou ao vislumbrar um piquete bloqueando o tráfego à altura do Jardim Cláudia, um bairro periférico habitado predominantemente por bóias-frias. Reduziu a velocidade, e não se preocupou em levantar o vidro da porta. Foi seu azar. Atingido no rosto por uma pedrada quando cruzava com os piqueteiros, desmaiou. Desgovernado, o carro saiu da pista e atropelou três crianças. No final da semana, os quatro permaneciam internados no mesmo hospital. "Apóio a greve, porque o pessoal da laranja tem condições de pagar bons salários", dizia Ferreira, na quarta-feira, a Nelson Letaif, de VEJA. "Mas isso não é greve, é bagunça." No primeiro dia do movimento, que a exemplo da rebelião de Guariba começou sem líderes, mais de 1 000 apanhadores de laranja, contemplados a distância por 45 policiais, virtualmente assumiram o controle das saídas da cidade.

Na quarta-feira, porém, soldados da tropa de choque chegaram a Bebedouro e os confrontos entre policiais e piqueteiros atravessariam todo o dia.

BOMBA NO QUINTAL — Ao acordar, perto das 9 horas, o pedreiro Sérgio de Andrade, 20 anos, ouviu estrondos na rua e saiu no exato momento em que os soldados começavam a atirar bombas de gás lacrimogêneo na direção de um grupo de grevistas. Viu sua mulher sair também da casa, aos berros, com rolos de fumaça às suas costas, e correu ao seu encontro. "Pensei que minha casa estava pegando fogo", conta. Uma bomba explodiu no quintal, a centímetros do seu filho Régis, 2 anos, e Andrade entrou em pânico. "O menino não se mexia, pensei que estava morto", lembra. "Naquela hora eu era só ódio, mas corri para os policiais e pedi que eles levassem meu filho a um hospital." Enquanto um soldado socorria Régis, os grevistas prosseguiram o combate. "O povo jogava pedra, os policiais recuavam um pouco e avançavam de novo, com os escudos levantados e jogando bomba", descreve José de Andrade, irmão de Sérgio.

O prefeito Sérgio Stamato, 50 anos, do PDS, que também é vice-presidente licenciado da Frutesp, uma das grandes indústrias de suco de Bebedouro, não esperava a explosão que sacudiu sua cidade. Ele discorda da versão segundo a qual apenas os produtores de laranja e os industriais do setor lucraram com a elevação de preços operada depois da geada na Flórida, que fez o valor da caixa saltar de 800 para 3 000 cruzeiros. "Os trabalhadores também foram beneficiados", afirma Stamato. "No ano passado, no início da safra, eles recebiam 25 cruzeiros por caixa colhida e terminaram com 80 cruzeiros. Se começarem agora com 200 cruzeiros, vão chegar a quanto no fim da safra?"

O prefeito teme que, com o aumento dos preços pagos aos apanhadores de laranja, o município possa atrair mão-de-obra desqualificada além dos limites suportáveis. "Se eles tiverem uma situação muito diferenciada em relação aos outros trabalhadores rurais", adverte, "Bebedouro vai virar outra Serra Pelada." A verdade é que há muitos anos a região de Ribeirão Preto figura no roteiro de migrantes que, sem chances de encontrar emprego em seus lugares de origem, para ali convergem em busca da sobrevivência nos canaviais e plantações de laranja. Em 1980, segundo o último levantamento promovido pelo Instituto de Economia Agrícola do governo paulista, mais de um quarto dos 400 000 bóias-frias catalogados no Estado concentrava-se naquela região.

Desde 1975, quando foi criado o Proálcool, os oitenta municípios da região de Ribeirão, que atravessara a primeira metade do século como uma fortaleza do café, assistem ao avanço dos canaviais por suas terras. Naquele ano, 300 000 hectares dessa região agrícola eram cobertos

por pés de cana. Hoje, menos de dez anos depois, são 650 000 hectares. Apesar desse salto formidável, ali se localiza também a maior produção de laranja do Estado. Dos 112,3 milhões de pés de laranja existentes em território paulista no ano agrícola 1983-84, 52,7 milhões estavam em Ribeirão.

A professora Maria Conceição D'Incao e Mello, autora do livro *O bóia-fria, acumulação e miséria*, obra precursora da investigação das novas relações de trabalho no campo, e que há quatro anos vem pesquisando os trabalhadores da região de Ribeirão Preto, vê justamente nesse cenário redesenhado uma das explicações para a explosão da semana passada. "Aquela região ganhou identidade econômica, já que sua economia provém basicamente da cana-de-açúcar e da laranja", diz Maria Conceição. "Isso é muito importante", observa. "Embora o trabalho ali continue temporário, seis meses na maioria dos casos, o trabalhador já está estabelecido. Assim, ele também assume sua identidade. É por isso que o movimento surgiu nessa área e não, por exemplo, na região da Sorocabana, onde a economia ainda não tem identidade."

Se já existe identidade, faltam líderes. Compulsoriamente transformado em chefe de um dos mais explosivos movimentos da história recente do Brasil, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, Benedito Magalhães, foi compelido a dirigir na quarta-feira a primeira assembleia de classe já presenciada pelos bóias-frias de Guariba. Inseguro, Magalhães claudicou no discurso até reconhecer que não estava compreendendo bem as propostas que se dispusera a defender. Então, passou a palavra ao presidente do sindicato de Araraquara, Hélio Neves, ligado ao Partido Comunista do Brasil. Empolgado com os aplausos, Neves voou longe: "Vamos continuar na luta até destruímos os usineiros e repartirmos as terras deles entre vocês". Ao descer do palanque, todavia, recusou-se a apontar os passos seguintes: "Ninguém sabe aonde isso vai dar", confessou.

CANDIDATOS À LIDERANÇA — "Eles se comportam como uma boiada sem cabeça", comparou na quarta-feira o secretário do Trabalho de São Paulo, Almir Pazzianotto, que na véspera estivera na região tentando localizar, sem sucesso, algum interlocutor que falasse pelos grevistas. Antes de conseguir parceiros para a busca de algum tipo de acordo, Pazzianotto teve de driblar numerosos candidatos à liderança do movimento, despachados para a área conflagrada por partidos legais, como o PT, organizações católicas, como a Pastoral da Terra, e organizações clandestinas de esquerda. "O movimento foi espontâneo, selvagem, sem lideranças", nota Roberto Gusmão, secretário de Governo de São Paulo, que mediou com Pazzianotto as negociações entre produtores e grevistas. "Mas depois houve muita instigação por parte de elementos infiltrados."

Alguns eram nativos, como o padre José Domingos Braghetto, 34 anos, ligado à diocese de Jaboticabal e à Pastoral da Terra. Braghetto, é verdade, pediu aos bóias-frias, em seus pronunciamentos, que não se lançassem à desordem. Mas esteve ativo na armação do movimento. "A greve é a única forma de dobrar os patrões", proclamava. Além disso, freqüentemente confundia a platéia com palavras de ordem fora de hora. Na quinta-feira, por exemplo, na assembléia que decidiu pelo retorno ao trabalho, Braghetto não se conformou. "A luta continua", conclamou ele ao final de seu discurso. O secretário Gusmão criticou essas aparições, mas não poupou os produtores.

"Os usineiros são proprietários de alqueires e alqueires de terra, que transformaram em enormes canaviais, e desativaram o sistema de colonato", constata Gusmão. "Essa gente vive hoje sem qualquer benefício, como casa, alimento e terra para plantações de subsistência." Segundo Gusmão, esse fenômeno transformou os trabalhadores rurais em "miseráveis nômades", e também por isso não se surpreendeu com a extensão do movimento. "Trata-se da reação de uma classe que sempre viveu no extremo desamparo do governo, trabalhando nas condições mais precárias."

"SOL E FRIO — A vida dos 8 milhões de bóias-frias espalhados pelo país efetivamente recorda, em muitos aspectos, a pré-história do trabalho nos campos. Às 4 horas da madrugada eles já estão de pé, em casas geralmente de dois cômodos, preparando a comida — quase sempre arroz com ovos — que estará fria no intervalo para o almoço. Entre 5 e 6 horas devem estar nos pontos de embarque, à espera dos caminhões dos agenciadores, os "gatos". Há muitas crianças e mulheres nos caminhões, além de velhos. Nessa profissão, que não escolhe sexo, dez anos já é uma boa idade para empunhar um facão. E, como não se paga aposentadoria a um bóia-fria, não existe idade para parar.

Todos se vestem da mesma forma: calças compridas, tornozeleiras de pano ou meias grossas, chapéu e umas ombreira de pano sobre a cabeça, proteção contra o sol e o frio. Alguns usam luvas, os mais velhos têm as mãos aleijadas, as pontas dos dedos invariavelmente feridas pelo facão afiado. Na carroçaria do caminhão, falam do trabalho, freqüentemente fazendo cálculos sobre quanto terão de produzir para pagar o armazém, e só os mais jovens tateiam planos para mudar de vida. Na manhã de sexta-feira, a bordo de um caminhão que levava bóias-frias para a Usina Santa Adélia, a 10 quilômetros de Guariba, José Antônio Monteiro, 16 anos, sonhava com o dia em que trabalhará como operário em alguma cidade grande. Mas parecia animado com o acordo celebrado na véspera, apesar da desconfiança que aprendeu a cultivar ainda menino. "Agora, temos de ficar comum olho no eito e outro no usineiro, para ver se ele cumpre o trato", disse ele a Luciano Martins, de VEJA.

Na mesma carroçaria, Alfredo Pedro, 45 anos, há quinze nos canaviais, viajava rumo ao trabalho em companhia da mulher, de três filhas e de um genro — e, sem disposição para devaneios de jovem, concentrava-se no trabalho iminente. Alfredo é considerado um bom bóia-fria. "O pensamento é só para o facão", explica. "É preciso cortar a touceira com no máximo dois golpes, para não perder tempo." Ele e seus parentes se atiram ao trabalho com ímpeto, manuseiam o facão com destreza. Juntos, chegam a cortar 50 toneladas de cana num único dia. Pela remuneração atualizada pelo acordo, a família de Alfredo ganhará pouco mais de 100 000 cruzeiros no dia em que atingir essa marca — uma espécie de recorde no gênero. Normalmente, um bóia-fria corta 5 toneladas, que lhe rendem 10 000 cruzeiros.

MEDO DE MORRER — Pedro Ulisses de Lima, 55 anos, pernambucano de Garanhuns, resolveu trazer a mulher e dois filhos do Nordeste, neste ano, para trabalhar no canavial da Usina São Martinho, em Guariba, onde já estivera em tempos passados tentando a sorte. Parece arrependido. "Vivemos pior aqui do que no Nordeste", compara. Na quinta-feira passada, enquanto se retocava o acordo entre bóias-frias, produtores e usineiros, Lima tinha na despensa quatro batatas e três punhados de arroz. Está cansado e com medo de morrer. "Na Usina São Carlos, há pouco tempo, dois peões morreram de tanto trabalhar", conta. "Caíram em cima do monte de cana, o povo pensou que estavam descansando." Entregues ao trabalho até que o sol se ponha, os bóias-frias voltam para casa extenuados. "O corpo da gente fica seco que nem o bagaço da cana", diz Lima. "A usina vive da garapa e do nosso sangue." Com o acordo da semana passada, a vida dos bóias-frias ainda estará longe de ser fácil, mas as conquistas trabalhistas obtidas mudaram para melhor o clima nos canaviais. "Foi uma vitória, e uma festa que nunca vi na minha vida", alegra-se José Albertini, 70 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrinha, que, como outras cidades da região, viu estendido a seu território o acerto nascido da explosão de Guariba. "Esse acordo pegou no nervo", celebra Albertini. "Quando uma pessoa vê que a vaca vai para o brejo, fica com medo. É bom lembrar que um canavial incendiado pode demorar dois anos e meio para produzir."

O acordo foi apressado pela atuação de alguns produtores, como Roberto Rodrigues, 41 anos, diretor da Sociedade Rural Brasileira, que administra quatro fazendas da família na região de Ribeirão Preto. No comando de 650 alqueires, que produzem 120 000 toneladas de cana por ano, Rodrigues pressionou seus companheiros, durante uma reunião realizada na quinta-feira no Sindicato Rural de Jaboticabal, para aceitarem as reivindicações dos bóias-frias. À certa

altura, quando a reunião parecia caminhar para um impasse, ele interrompeu os debates em voz alta. "Vocês não querem acabar com o problema?", indagou. "Eu vou assinar e quem não quiser que agüente depois." Dois dias antes, segundo Rogério Orsi, 64 anos, presidente da Comissão de Cana-de-Açúcar da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, usineiros da região haviam entrado em contato com o comando do II Exército, em São Paulo, pedindo a intervenção de tropas federais para acabar com os distúrbios. Em resposta, o comando do II Exército recomendou-lhes que usassem o bom senso e tratassem melhor seus empregados. Esta parece ser a melhor forma de devolver aos férteis campos de São Paulo a paz perdida na semana passada.

"A tensão estava muito grande e já havia canaviais sendo incendiados, como o da Usina São Carlos, em Jaboticabal", concorda Orsi. Na quinta-feira, ao cabo de 7 horas de reunião, Orsi respirava aliviado com o entendimento que dali resultara. "Passamos maus momentos e não tínhamos alternativas", dizia. "Foi um acordo favorável para o trabalhador, mas também conveniente para os produtores. E, para nós, é melhor um mau acordo que uma boa briga."

(Páginas 20 a 26)